

24

Necessário alargar as saídas profissionais para resolver problemas nas Faculdades de Letras

— preconiza João de Deus Pinheiro sobre os cursos daqueles estabelecimentos de ensino

ANTÓNIO CADAVEZ

«As saídas profissionais em Letras ficaram muito restringidas e a via do ensino, que foi durante muitos anos um caminho de absorção dos jovens licenciados, chegou a uma relativa saturação, na medida em que os professores sem habilitação foram substituídos, ao longo dos últimos anos, por professores com habilitação», afirmou ao DN o ministro da Educação e Cultura. Falando sobre outros temas, João de Deus Pinheiro disse que este Governo teve «a possibilidade de conseguir juntar», nos projectos em que está empenhado, «gente de todos os quadrantes ideológicos», mencionando, entre esses projectos, a Comissão da Reforma do Sistema Educativo e a reestruturação do seu Ministério, além das medidas para ultrapassar a crise estrutural das Faculdades de Letras.

DN — Se neste momento deixasse o Ministério da Educação, mantinha o que disse, em 24, que se envergonhava de mencionar no «currículum» haver pertencido ao Governo?

JDP — Não disse que me envergonhava. Disse, nessa altura, que os cargos políticos estavam pouco prestigiados e de tal maneira que, no meu currículum, me sentia muito mais orgulhoso por ter sido eleito reitor ou ser professor catedrático, com todos os concursos feitos, na idade em que fui, do que ter sido membro do Governo.

Neste momento, com a postura que este Governo tem mantido, e a dignidade como tem procurado situar-se na vida política nacional, é diferente. Aliás, isso tem ajudado a prestigiar os outros órgãos de soberania, como a Assembleia da República, que teve uma forma de estar e actuar completamente diferente da situação anterior.

Neste Governo tive a possibilidade de conseguir juntar, nos projectos em que estou empenhado, gente de todos os quadrantes ideológicos e praticamente de todas as regiões do País. Para mim, a questão educativa é questão nacional. Não é questão partidária e têm muito pouco de ideologia os principais temas que devemos atacar. Sendo questão nacional, temos de empenhar todos os sectores da vida nacional. A minha acção prática tem demonstrado que assim é.

Os projectos de reforma educativa não devem depender excessivamente do ministro que, num dado instante, se senta naquela cadeira. Esses projectos devem depender das instituições educativas do País de modo que, se o ministro sair, os projectos não morram. Claro que lhe dá sempre o seu toque pessoal, a sua maneira de estar, simpatias ou antipatias, mas o

que é essencial é que os projectos prossigam sem sucessivos solavancos.

Tenho sentido de missão

DN — O senhor é um homem de sorte. «Renasceu das cinzas», jogou por antecipação com a reestruturação do seu Ministério...

JDP — Não me preocupa muito a minha posição pessoal pela simples razão de que ganho menos dinheiro como ministro do que ganhava antes, estou apartado de parte da minha família pelo facto de viver em Lisboa. Quando sair do Ministério continuarei a ir aos mesmos restaurantes, utilizar a mesma classe de avião, frequentar os mesmos hotéis e ter os mesmos amigos.

Estou aqui porque tenho algum sentido de missão. Pouco me interessa se as pessoas acham que estou politicamente «numa boa ou numa má...» Isso para mim é perfeitamente secundário. Só exijo é ter a confiança de cem por cento do primeiro-ministro, condição essencial para se desempenhar o cargo.

Quanto à antecipação: se ela pode evitar confrontos, e situações injustas, então só se as não puder evitar é que as não evito.

DN — Mas não sentiu esse quinhão de felicidade natural pela ausência de críticas a essa reestruturação, especialmente do PCP?

JDP — Houve alguma... DN — Quase nem se deu por ela...

JDP — É difícil fazer certo tipo de contestações. Quando criei a Comissão de Reforma do Sistema Educativo aquilo que não disseram no Parlamento, nomeadamente o PCP... Disse cobras e lagartos, que o Governo estava a governamentalizar a educação e, mais tarde, que eu ia fazer a reforma no Minis-



João de Deus Pinheiro, o dr. António Barreto, homem inteligente, tem o defeito de perceber pouco de Educação»

tério para colocar por aqui os partidários que quisessem lugares...

Não respondi a essas críticas. Aquilo que toda a gente pôde comprovar, tanto na reestruturação do Ministério como na Comissão de Reforma do Sistema Educativo, é que o princípio adoptado de escolher as pessoas pela sua capacidade e isenção foi integralmente respeitado.

Barreto «não passa dos lugares-comuns»

DN — Essa justiça lhe foi feita também por António Barreto quanto à isenção na nomeação de directores-gerais, apesar das alusões à possível crise académica...

JDP — O dr. António Barreto, homem inteligente, tem o defeito de perceber muito pouco de Educação, como aliás deu provas. Também ninguém nasce ensinado e com o tempo lá chegará... Por enquanto, não consegue passar dos lugares-comuns e mesmo esse tipo de elogios não os considero muito pertinentes, válidos ou importantes, na medida em que ele não conhece a estrutura do Ministério nem os problemas educativos. Poderá conhecer algumas pessoas, mas não só.

Para mim o mais importante é o julgo que fazem as pessoas que conhecem o Ministério por dentro e aceitam colaborar conosco.

DN — Naturalmente que não foi mera diversão que o levou a criar as quatro direcções-regionais. Quer pontualizar alguns objectivos desta pequena descentralização?

JDP — Foi uma decisão que já devia ser tomada há muito tempo. Este Ministério tem uma estrutura napoleónica onde tudo passa por esta administração central. Atende-se na situação de uma empresa que tivesse de gerir dos seus serviços centrais 900 estabelecimentos, preparatórios e secundários e mais dez mil do ensino primário. É impossível...

Só é comportável gerir isto homogenizando o mais possível. Quando uma escola tem um pequeno problema, uma actividade que sai fora do comum, isso para o Ministério constitui um ponto de perturbação. Ora o que desejamos é, exactamente, o contrário. Que cada escola tenha uma alma, como a tinha quando éramos estudantes.

As decisões são lentas. Os assuntos vêm para os serviços, estes não conhecem, não sentem o problema máximo e se esse problema é a 300 quilómetros diz muito pouco à pessoa que está aqui sentada à secretária.

Queremos levar a capacidade de decisão tão próximo quanto possível do lugar onde as coisas acontecem. Aumentar a autonomia das próprias escolas e chamar à orientação e condução da vida escolar a própria comunidade local: autarquias, forças sociais, económicas e políticas, associações de pais.

De modo que não teremos um director-geral a aprovar um plano de actividades, mas tão-somente a enunciar um determinado currículo base para que, à volta disto, se a escola

entender fazer outras actividades tenha liberdade de o fazer.

DN — Essas direcções-regionais irão proporcionar apoio pedagógico e financeiro ao ensino particular e cooperativo?

JDP — No apoio ao ensino particular e cooperativo, o Estado deve definir, claramente, os critérios com base em propostas do Conselho Consultivo para o Ensino Particular e Cooperativo que envolve estabelecimentos, sindicatos, algumas direcções-gerais do Ministério. Uma vez os critérios aprovados, não poderá haver depois outros juízos que não a aplicação desses critérios.

A situação actual de qualquer estabelecimento de ensino privado, para fazer seja o que for, ter de quase pedir autorização à extinta direcção-geral, é um estatuto de menoridade que não se justifica. Até porque a maioria dos estabelecimentos de ensino privado e cooperativo têm, hoje, um nível pedagógico e de organização que em nada fica a dever ao ensino público.

DN — Naturalmente que não vai ser fácil tanto o desmembramento das direcções-gerais nacionais como o relacionamento entre estas e as direcções-regionais. Julga que este caminho poderá ser, facilmente, aplanado?

JDP — Vai ser um processo profundamente iterativo e inter-activo. Não. Devemos ter a humildade suficiente para reconhecer que nem tudo poderá correr bem logo de início. Mas, devemos possuir a disponibilidade de espírito para as corrigir.

A nível central ficarão as funções normativas de controlo e planeamento.

Para as direcções-regionais passará tudo o que esteja relacionado com administração e gestão do sistema. O acompanhamento do dia-a-dia da vida das escolas.

DN — É voz comum que a Direcção e Coordenação do Ensino Especial, em Portugal, está partidariamente controlada. Uma vez que já declarou que não deseja governamentalizar o sistema educativo, como reage a este controlo ideológico do ensino especial, se de facto assim acontece?

JDP — Tenho ouvido essas críticas, como as ouvi em relação a outros sectores. Isso não me tem determinado nas minhas decisões. O que me determina é saber se as coisas funcionam ou não. Entendo que a pessoa pode ter a liberdade de se filiar no partido que quiser, o que tem é de pendurar o casaco partidário à entrada do Ministé-

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

mercado de trabalho - licenciados

POLITICA DE EDUCAÇÃO/OPINIÃO

2/2

SECTOR DE RECORTES DE IMPRENSA

rio. Isso para mim é ponto de honra.

O ensino especial foi um parente pobre neste Ministério durante muitos anos, principalmente porque a sua organização estava mal definida. Uma coisa é a concepção de equipamentos e até ajudas técnicas para os deficientes para a integração no sistema e outra coisa é a orientação pedagógica que deve cuidar da integração do deficiente no ensino.

Diversificar cursos de Letras

DN — Perante os problemas actuais nas Faculdades de Letras e a partir dos elementos que possui, qual julga que vai ser o desfecho da crise?

JDP — O problema das letras é o somatório de outros que se vêm acumulando. Por um lado, estará a própria incapacidade das Faculdades de se auto-reformarem. As Letras não foram capazes de dar um salto e fazer uma reestruturação interna dos cursos.

DN — E esse salto em que direcção devia ser dado?...

JDP — Posso falar-lhe da minha experiência, não como ministro, mas como reitor de uma Universidade onde tivemos alguns problemas desse tipo. Daí o termos criado alternativas com cursos que até aí eram inéditos, concretamente o curso de Relações Internacionais, Administração Pública, Regional e Local, Engenharia Têxtil e de Produção, porque queríamos dar aos nossos licenciados saídas profissionais. Não foi fácil chegar a esses cursos. Exigiram-nos anos de trabalho de preparação e persistência.

As saídas profissionais em Letras ficaram muito restringidas e a via do ensino que foi, durante muitos anos, um caminho de absorção dos jovens licenciados, chegou a uma relativa saturação, na medida em que os professores sem habilitações foram substituídos ao longo dos últimos anos por professores com habilitação.

A par disso, aumentaram os cursos de formação de professores nas novas Universidades, vocacionados, logo à partida, para o ensino que restringiu ainda mais a absorção dos licenciados em Letras. Chegámos a situações como a História, onde dois milhares de licenciados não têm saída profissional.

No encontro havido com os reitores e presidentes dos Conselhos Científicos, disse-lhes, que não me parecia legítimo fa-

zer esta reestruturação para os alunos que vão entrar na Faculdade no próximo ano. E os que estão no sistema? E os que estão neste momento na Faculdade? Não se faz nada? Foi nessa altura que lhes adiantei que, como ministro, fazia um apelo às Faculdades para encontrarem esquemas de transição que permitam aos que estão no sistema uma luzinha qualquer ao fundo do túnel. Eu próprio lhes dei algumas ideias.

DN — Que ideias?

JDP — Que estes estudantes fizessem um curso de Ciências Pedagógicas para que pudessem ingressar logo no sistema de ensino já profissionalizados. Isto depende do número de vagas que possamos ter para novos professores, mas era uma garantia... Outra das pistas foi o de procurarem diversificações, cursos complemento para poderem concorrer a organismos internacionais como tradutores. Por incrível que pareça, na CEE, há tradutores de português naturais do Brasil.



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Dia	1
	2
	3
	4
	5
	6
	7
	8
	9
	10
	11
	12
	13
	14
	15
	16
	17
	18
	19
	20
	21
	22
	23
	24
	25
	26
	27
	28
	29
	30
	31

Mercado de trabalho - licenciados

